

ARBITRAGEM COLETIVA NO BRASIL

Lucas Salazar Serena, Aluno do 6º período do curso de Direito da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). Ana Laura Almeida de Moura, Aluna no 8º período de Direito Integral - Law Experience da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). Maria Eduarda Penha de Almeida, Fae Centro Universitário Aluna no 8º período de Direito Integral - Law Experience da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2022-2023). Cristina Bichels Leitão, orientadora da Pesquisa. Doutora e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Advocacia Pública.

Contatos: lucas.serena@mail.fae.edu
ana.laura.moura@mail.fae.edu
maria.penha@mail.fae.edu
cristina.l@fae.edu

RESUMO

A arbitragem é um método alternativo de resolução de controvérsias, pelo qual as partes de um conflito renunciam ao Poder Judiciário em favor da jurisdição arbitral. O processo coletivo, por sua vez, é um instrumento processual, que tem a finalidade de conferir maior efetividade e adequação à tutela dos direitos coletivos, marcados por serem de titularidade de uma agremiação de pessoas. A partir da busca pela união entre tais institutos, notadamente com o intuito de associar os benefícios de ambos, funda-se o objeto do presente estudo: arbitragem coletiva. O problema enfrentado por esta pesquisa reside na inexistência de previsão legal específica sobre o tema e o objetivo geral do estudo consiste em analisar a viabilidade deste instituto no Brasil. Para tanto, o artigo tem como objetivos específicos: a) delimitar os pressupostos básicos da arbitragem; b) ressaltar a importância da tutela dos direitos coletivos; c) verificar a viabilidade de um sistema arbitral coletivo no Brasil. A metodologia utilizada é a hipotético-dedutiva, mediante pesquisa qualitativa, análise documental e descritiva. O resultado demonstrado é de que, muito embora inexista previsão legal acerca desta matéria, há compatibilidade entre as normas e princípios da arbitragem e do processo coletivo, de modo que se comprova viável o plexo entre ambos. Esta pesquisa abre margem a um futuro estudo de caso aprofundado que demonstre as vantagens deste instituto.

Palavras-chave: Arbitragem. Processo Coletivo. Direitos Coletivos. Arbitragem Coletiva